



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI N.º 1.026 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2022.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA CMPCD DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR SP E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 1º. Esta lei dispõe sobre a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência destinada a garantir os direitos vigor estabelece normas básicas com o objetivo de assegurar promover e proteger a sua inclusão social e cidadania plena em condições de igualdade Liberdade.

§ 1º. Para os efeitos dessa lei, são consideradas pessoas com deficiência aquelas pessoas que, em razão de anomalias ou lesões comprovadas de natureza hereditária, congnita ou adquirida tenham suas faculdades físicas, mentais ou sensoriais comprometidas total ou parcialmente tem impedimentos de longo prazo, os quais, em interação com diversas Barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas impedindo o seu desenvolvimento integral, conforme decreto federal número 3.298/1999, de 20 de dezembro 1999.

§ 2º. A Política Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência integrar-se- com as demais políticas das áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, esporte, lazer e Acessibilidade, dentre outras, de acordo com o princípio da igualdade de direitos.

CAPÍTULO 1
DA IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 2º. Todas as pessoas com deficiência são iguais perante a lei e não sofreram nenhuma espécie de discriminação.

Parágrafo nico. Considera-se discriminação em razão da deficiência, todas as formas de discriminação e/ ou qualquer distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício dos direitos e liberdades fundamentais dessas pessoas, incluindo a recusa de adaptação razoável.

Art. 3. Nenhuma pessoa com deficiência, crianças, adolescentes, mulheres e idosos, será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão, tratamento desumano ou degradante.

CAPITULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Art. 4. Fica criado o conselho municipal da pessoa com deficiência – CMPCD - rgo permanente, partidário, consultivo, deliberativo e formulador das políticas públicas e ações voltadas para a pessoa com deficiência no âmbito do município de Guatapar, sendo acompanhado pela Secretaria municipal de assistência social, órgão gestor da política municipal de Assistência Social do município.

Art. 5. Compete ao conselho municipal da pessoa com deficiência:

I – Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência, zelando pela sua adequada execução.

II – Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência;

III – Indicar as propriedades a serem incluídas no planejamento municipal quanto a política municipal dos direitos da pessoa com deficiência;

IV – Constitucionais e legais referentes a pessoa com deficiência, sobretudo a lei federal n 7.853, de 24 de outubro de 1989, a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência promulgada através do decreto federal n 6.949/2009 de 25 de agosto de 2009 e leis pertinentes de caráter federal, estadual e municipal, denunciando a autoridade competente e ao ministério público a sua inadequada execução;

V – Fiscalizar as entidades governamentais e não- governamentais atendimento à pessoa com deficiência.

VI – Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

VII – Inscrever os programas das entidades governamentais e não-governamentais de assistência a pessoa com deficiência no Conselho Municipal da pessoa com deficiência;

VIII – Estabelecer a forma de participação do Idoso residente no custeio da identidade de longa permanência para pessoa com deficiência (governamental ou não-governamental), cuja cobrança é facultada, não podendo exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício Previdenciário ou de assistência social percebido pela pessoa;

IX- Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento da pessoa com deficiência;

X - Zelar pela efetividade de centralização político-administrativa e pela participação de organizações representativas das pessoas com deficiência na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento a elas;

XI – Elaborar o seu regimento interno;

XII - Outras ações visando a proteção e garantia dos direitos da pessoa com deficiência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Parágrafo nico. Aos membros do Conselho Municipal da pessoa com deficiência será facilitado o acesso a todos os setores da Administração Pública Municipal, especialmente as secretarias e aos programas prestados  população, a fim de possibilitar a apresentação de sugestões e propostas de medidas e atuação, subsidiando as políticas de ao em cada área de interesse da pessoa com deficiência.

Art. 6. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, paritariamente composto entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada, será constituído:

I - Por representantes de cada Secretaria a seguir indicados:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social;
- b) Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria Municipal de Administração;

II - Por 2 (dois) representantes de entidades não governamentais ou representantes da sociedade civil do município de Guatapar.

 1. Cada membro do Conselho Municipal dos Direitos da pessoa com deficiência terá um suplente.

 2. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

 3. Os membros do Conselho terão um mandado de 3 anos (três anos), podendo ser reconduzidos por mais de um mandado de igual período, em enquanto no desempenho das funções dos cargos os quais foram nomeados ou indicados.

 4. O titular de entidade governamental ou da sociedade civil poderá indicar seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação.

Art. 7. O presidente e o vice-presidente do Conselho Municipal da pessoa com deficiência serão escolhidos, mediante votação, dentre os seus membros, por maioria absoluta, devendo haver, no que tange à presidência e a vice-presidência, uma alternância entre os participantes.

 1. O Vice-presidente do Conselho Municipal da pessoa com deficiência substituir o presidente em suas ausências e impedimentos, e, em caso de ocorrência simultânea em relação aos dois,  presidência será exercida pelo Secretário do Conselho.

 2. O Presidente do Conselho Municipal da pessoa com deficiência poderá convidar para participar das reuniões ordinárias e extraordinárias membros dos Poderes Executivos e Legislativo.

Art. 8. Cada membro do Conselho Municipal terá direito a um único voto na sessão plenária, executando o presidente que também exercer o voto de Minerva, não sendo permitido o voto por procuração.

Art. 9. A função do membro do Conselho Municipal da pessoa com deficiência não será remunerada e seu exercício será considerado de relevante interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 10°. As entidades não governamentais quando representados no Conselho Municipal da pessoa com deficiência perderam essa condição quando ocorrer uma das seguintes situações:

- I - Extinção de sua base territorial de atuação no município;
- II - Irregularidades no seu funcionamento, devidamente comprovadas, que tornem incompatível a sua representação no conselho;
- III - Aplico de penalidades administrativas de natureza grave, devidamente comprovadas.

Art. 11°. Perderá o Mandato do Conselheiro que:

- I - Desvincular-se do órgão ou entidade de origem de sua representação;
- II - Faltar atrz reuniões consecutivas ou cinco intercaladas, sem justificativa;
- III - Apresentar renúncia ao plenário do Conselho, que será lida na seção seguinte a de sua recepção na secretaria do Conselho;
- IV - Apresentar procedimento incompatível com a dignidade das funções;
- V - For condenado em sentença irrecorrível por crime ou contravenção penal.

Art. 12°. Nos casos de renúncia, impedimento ou falta, os membros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência serão substituídos pelos suplentes, automaticamente, podendo estes exercer os mesmos direitos e deveres dos efetivos.

Art. 13°. Os rgos ou entidades representadas pelos conselheiros faltosos deverão ser comunicados a partir da segunda falta consecutiva ou da quarta intercalada.

Art. 14°. Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência reunir-se- bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 15°. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência instruir seus atos por meio de atas ou resoluções aprovada pela maioria de seus membros.

Art. 16°. As sessões do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência serão públicas, precedida de ampla divulgação.

Art. 17°. A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionar o apoio técnico-administrativo necessário ao funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

Art. 18°. Os recursos financeiros para implantação e manutenção do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência serão oriundos de recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal, bem como de doações voluntárias, promoções, eventos e deduções de Impostos de renda pessoa física e jurídica.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 19°. A nomeação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência será realizada pelo chefe do executivo municipal através de Decreto Municipal.

Art. 20°. O Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência elaborar o seu regimento interno, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias  contar da data de sua instalação, o qual será aprovado por ato próprio, devidamente publicado pela imprensa oficial.

Parágrafo nico. O regimento Interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, das atribuições de seus membros, entre outros assuntos.

Art. 21°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS VINTE E CINCO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


OSMAR DE AZEVEDO
Secretário Municipal de Administração